



Índice

Secretaria de Planejamento Administração e Finança.....	2
DECRETO.....	2
DECRETO Nº 004, DE 20 DE JANEIRO DE 2022. “Altera o parágrafo único do art. 2º e o Artigo 5º do Decreto nº 105 de 30 de dezembro de 2021 e, dá outras providências.”	2
DECRETO Nº 006, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2022. “Dispõe sobre as medidas adotadas por este município para o enfrentamento da pandemia da covid-19, funcionamento das atividades econômicas organizad	

Secretaria de Planejamento Administração e Finança

DECRETO

DECRETO Nº 004, DE 20 DE JANEIRO DE 2022. “Altera o parágrafo único do art. 2º e o Artigo 5º do Decreto nº 105 de 30 de dezembro de 2021 e, dá outras providências.”

DECRETO Nº 004, DE 20 DE JANEIRO DE 2022. “Altera o parágrafo único do art. 2º e o Artigo 5º do Decreto nº 105 de 30 de dezembro de 2021 e, dá outras providências.” A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO/MA, Edinalva Brandão Gonçalves, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, pelo disposto na Lei Orgânica Municipal; DECRETA: Art. 1º O parágrafo único do art. 2º do Decreto Municipal nº 105 de 30 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a Exoneração dos Servidores Ocupantes dos Cargos de Provimento em Comissão e Servidores Contratados temporariamente e dá outras providências, passa a vigorar acrescido ao parágrafo único e com a seguinte redação: Parágrafo único. Excetuam-se dos efeitos do caput deste artigo, os cargos de secretários municipais, controlador, contador, procurador geral, pregoeiro. Art. 2º O art. 5º do Decreto Municipal nº 105 de 30 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 31 de dezembro de 2021, revogando-se as disposições em contrário. Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DA PREFEITA DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO, ESTADO DO MARANHÃO, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2022. EDINALVA BRANDÃO GONÇALVES -Prefeita Municipal

Publicado por: CLAUDINEIA DE ALENCAR SILVA PINHEIRO

Código identificador: t5ph531kwr20220211160243

DECRETO Nº 006, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2022. “Dispõe sobre as medidas adotadas por este município para o enfrentamento da pandemia da covid-19, funcionamento das atividades econômicas organiza

DECRETO Nº 006, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2022. “Dispõe sobre as medidas adotadas por este município para o enfrentamento da pandemia da covid-19, funcionamento das atividades econômicas organizadas e afins, neste ente, no período de 09/02/2022 à 09/03/2022 e, dá outras providências.” A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO, Estado do Maranhão, EDINALVA BRANDÃO GONÇALVES, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, pelo disposto na Lei Orgânica Municipal; CONSIDERANDO a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus; CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu aos Municípios, Estados e Distrito Federal a competência para a adoção das medidas normativas e administrativas necessários ao enfrentamento da Covid-19; CONSIDERANDO, o Decreto Estadual nº 37.360, de 03 de janeiro de 2022, que “Declara estado de calamidade pública no Estado do Maranhão em virtude da existência de casos de contaminação pela COVID-19 (COBRADE 1.5.1.1.0 – Doença Infecciosa Viral).”; CONSIDERANDO o decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI 6341 e da ADPF 672, bem como a diretriz da Corte Suprema no sentido de ser “competente o Município para fixar o horário de estabelecimento comercial” (Súmula Vinculante nº38); CONSIDERANDO a premente necessidade de adoção de medidas sanitárias eficazes para deter o avanço exponencial da contaminação e a drástica elevação dos casos de internações e óbitos em decorrência da Covid-19 e suas variantes Delta e Ômicron; CONSIDERANDO a Recomendação do Gabinete do Procurador Geral de Justiça de nº 02/2022; CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever, inclusive, deste ente, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República; CONSIDERANDO ser o objetivo do Governo Municipal de São Francisco do Brejão que a crise sanitária seja superada o mais rapidamente possível. DECRETA: Art. 1º Fica mantida a prática do distanciamento social, como forma de evitar a transmissão comunitária da COVID-19 e suas variantes Delta e Ômicron e, proporcionar o achatamento da curva de proliferação do vírus no Município de São Francisco do Brejão. Art. 2º É obrigatório, em todo o Município de São



Francisco do Brejão, o uso de máscaras de proteção, descartáveis, caseiras ou reutilizáveis, como medida não farmacológica destinada a contribuir para a contenção e prevenção da COVID-19, infecção humana causada pelo Coronavírus (SARS - CoV-2). Art. 3º As pessoas que testarem positivo para COVID-19 devem observar as recomendações da Organização Mundial de Saúde para permanecerem em isolamento social sob pena de serem responsabilizadas criminalmente, conforme prevê o artigo 268 do Código Penal. Art. 4º Ficam suspensas, em ambiente público (como praças, ginásios, ruas e demais vias de tráfego, e congêneres) e em estabelecimento privado operado por sujeito empresário, eventos de qualquer natureza no período compreendido de 07/02/2022 à 07/03/2022. I. A proibição contida no caput inclui, ainda, a realização de eventos que se utilizem exclusivamente de som mecânico, mesmo ambiente, tais como: paredes, som automotivo e similares. II. é vedado aos órgãos e entidades municipais a emissão de ato administrativo, a qualquer destinatário, cujo objeto verse sobre a autorização/permissão para a realização de eventos, sobretudo, considerando o período compreendido no caput. Art. 5º Ficam inicialmente suspensas na rede pública de ensino, as aulas na modalidade 100% presencial, sendo inicialmente adotado o sistema híbrido de ensino. Art. 6º. As escolas particulares, reforço, curso técnico e demais modalidades de ensino da rede privada poderão funcionar desde que observadas as seguintes exigências: I – seja respeitada a lotação de até 50% (cinquenta por cento) em cada turma; II – mantenham o ambiente arejado, com janelas e portões abertos para melhor circulação de ar no interior do ambiente; III – que seja disponibilizado na entrada do estabelecimento pelo menos 1 (um) dispersor de álcool 70%, preparação antisséptica ou sanitizantes de efeito similar; IV – que sejam adotadas todas as demais regras de prevenção estipuladas nesse Decreto. Art. 7º No transporte público, as atividades de limpeza e higienização devem ser reforçadas e os passageiros somente poderão ser transportados com o uso de máscaras; Parágrafo único: Nos transportes coletivos fretados, os passageiros e funcionários devem sempre utilizar máscaras de proteção, bem como higienizar as mãos. Art. 8º Os estabelecimentos comerciais poderão manter suas atividades em funcionamento normalmente, desde que observadas as seguintes exigências: I. exigir o uso de máscaras, ainda que de tecido, por todos os funcionários; II. controlar a lotação, e obedecer ao distanciamento de 2 (dois) metros entre as pessoas. III. seja respeitada a lotação de até 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima do estabelecimento, com distância mínima de pelo menos 2 (dois) metros entre cada usuário, sendo que estes 50% (cinquenta por cento) não poderão representar, em todo caso, mais que 30 (trinta) pessoas à título de lotação total; IV. seja disponibilizado na entrada do estabelecimento pelo menos 1 (um) dispersor de álcool 70%, preparação antisséptica ou sanitizantes de efeito similar; V. disponibilização de cartazes, em locais visíveis, com regras de funcionamento autorizadas e as restrições sanitárias adotadas. Art. 9º Ficam proibidas as atividades esportivas para treinos, amistosos e competições oficiais. Art. 10. Ficam igualmente proibidos a realização de eventos contidas no artigo 3º e inciso I, em restaurantes, bares e serviços congêneres, bem como lanchonetes, todavia, autorizado o funcionamento de suas atividades cotidianas, desde que cumpram obrigatoriamente as seguintes exigências, sob pena de fechamento compulsório e cassação da licença de funcionamento: I. lotação de 50% (cinquenta por cento) da capacidade do local, sendo que estes 50% (cinquenta por cento) não poderão representar, em todo caso, mais que 30 (trinta) pessoas à título de lotação total; II. reduzir número de mesas e manter distanciamento mínimo de 2 (dois) metros entre cada mesa; III. exigir o uso de máscaras por todos os funcionários; IV. determinar o uso pelos funcionários de tocas e máscaras no manuseio de alimentos e utensílios; V. fornecer álcool em gel ou álcool 70% (setenta por cento) ou local para higienização das mãos com sabão para todos os usuários; VI. manter a higienização interna e externa dos estabelecimentos com limpeza permanente; VII. dispor de detergentes e papel toalha nas pias; VIII. organizar filas com distanciamento de 2 (dois) metros entre as pessoas, por meio de marcação no solo ou uso de balizadores, interna e externamente, se necessário; IX. adotar o monitoramento diário de sinais e sintomas dos colaboradores/empregados (supermercados, academias, igrejas e órgãos públicos), e na hipótese de suspeita de covid-19, deve ser enviado o colaborador para casa, sem prejuízo de sua remuneração. §1º. O descumprimento das regras previstas neste artigo, ensejará a interdição imediata do estabelecimento, bem como a cominação das demais sanções administrativas, penais e cíveis aplicáveis ao caso. Art. 11. Fica suspensa a realização de todos os eventos públicos ou privados, com potencial para gerar aglomerações, tais como shows, apresentações culturais, festas, festividades religiosas e confraternizações, sendo vedada a concessão de licenças ou alvarás que autorizem esse tipo de atividade. Parágrafo único. Fica proibida a utilização de som automotivo em ambientes públicos e privados, em situação de descumprimento fica autorizada a Polícia Militar do Maranhão, a apreensão do som e aplicação das demais sanções administrativas, penais e cíveis aplicáveis ao caso. Art. 12. As Igrejas e





Templos Religiosos, ficam autorizadas a realizar cultos e missas, desde que obedecidas todas as normas de higiene e sanitização determinadas pelo Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde (OMS), bem como: I. seja respeitado o distanciamento mínimo de 2 (dois) metros entre cada pessoa, observando-se ainda o limite máximo de lotação em 50% (cinquenta por cento) da capacidade total do local, sendo que estes 50% (cinquenta por cento) não poderão representar, em todo caso, mais que 150 (cento e cinquenta) pessoas à título de lotação total; II. seja mantido o local com oferecimento permanente de produtos para higienização das mãos, com água, sabão e álcool 70%; III. mantidos os sanitários constantemente higienizados e dispor de sabonete líquido, papel toalha e lixeiras; IV. realizada a higienização completa do local, antes e após cada utilização; V. mantido o lugar totalmente arejado, com todas as janelas e portas abertas; VI. fixar cartazes informativos e educativos para prevenção da disseminação do novo Coronavírus (COVID-19). Art. 13. A fiscalização das medidas determinadas por esse decreto será realizada pela Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária, e Polícia Militar do Maranhão. Art. 14. Os estabelecimentos em geral, que descumprirem as medidas estabelecidas neste Decreto, poderão sofrer suspensão das atividades por 24 horas, cumulada ou não com multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), após verificada e notificada a irregularidade cometida, sem prejuízo das demais sanções. Art. 15. Havendo descumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto, as autoridades competentes deverão apurar as práticas das infrações administrativas, conforme o caso previsto nos incisos VII, VIII, X, XXIX, XXXI do art. 10 da Lei Federal 6.437 de 20 de agosto de 1977, bem como o ilícito penal previsto no art. 268 do Código Penal. §1º Sem prejuízo da sanção penal legalmente prevista, o descumprimento das regras disposta nesse Decreto enseja a aplicação das sanções administrativas abaixo especificada, prevista na Lei Federal 6.437 de 20 de agosto de 1977: I. advertência; II. multa; III. interdição parcial ou total do estabelecimento. §2º. As sanções previstas no parágrafo anterior serão aplicadas pelo Secretário Municipal de Saúde ou por quem esse delegar competência, nos moldes do art. 14 da Lei Federal 6.437 de 20 de agosto de 1977. Art. 16. Todas as dúvidas referentes as normas contidas nos Decretos Municipais de enfrentamento a COVID-19 e sintomas decorrentes da doença, serão respondidas, prioritariamente, por contato telefônico disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde, devendo este ser amplamente divulgado. Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DA PREFEITA DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO, ESTADO DO MARANHÃO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2022. EDINALVA BRANDÃO GONÇALVES-Prefeita Municipal

Publicado por: CLAUDINEIA DE ALENCAR SILVA PINHEIRO

Código identificador: cabsfagzf1o20220211170247





Estado do Maranhão
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Secretária de Planejamento Administração e Finança
Rua. Padre Cicero, nº 51, Bairro: Centro -São Francisco do Brejão - MA
Cep: 65.929-000
<http://www.saofranciscodobrejao.ma.gov.br>

EDINALVA BRANDÃO GONÇALVES
Prefeito(a) Municipal

MIRIAM BRANDÃO SILVA
Secretária Municipal de Planejamento Administração e Finança

Informações: prefeitura@saofranciscodobrejao.ma.gov.br

MUNICIPIO DE SAO
FRANCISCO DO
BREJAO:0161668000013
5

/C=BR/O=ICP-Brasil/ST=MA/L=S?O
FRANCISCO DO
BREJ?O/OU=34173682000318/OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB/OU=RFB e-CNPJ
A1/OU=presencial/CN=MUNICIPIO DE SAO
FRANCISCO DO BREJAO:01616680000135
Data:11.02.2022 18:09

